

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula F. Abrahão
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
	Maria das Graças Martini
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
CETESB	José Ferreira Assis
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP - DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP - DR Santa Bárbara d'Oeste	Jeferson Romeiro de Araújo
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena
CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
	Flávio Forti Stenico
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
FAEMG	Caio Sérgio Santos e Oliveira
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IEF	Raquel Junqueira Costa
IMA	Mariana C. Souza S. Coelho
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Min. da Integração e Desenv. Regional	Alexandre Saia
Min. do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Eliane Nascimento Nunes de Oliveira
P.M. de Itacemópolis	Rodrigo Portela Dias Valdanha
P.M. de Itapeva	Reginaldo Aparecido de Godoi

P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)
P.M. de Jundiaí	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
	Artur da Costa Santos
P.M. de Rio Claro	Osmar da Silva Júnior
P.M. de Salto	Laerte Sonsin Junior (p/p Valtieli Batista de Oliveira)
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Junior
P.M. de São Pedro	José Rubens Françoso
SAAESP	
P.M. de Vinhedo	Jaderson José Spina
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo
	Caroline Governatori
	Wilson Aparecido Stocco
	Valdemir Viana de Freitas
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinasso
	Denis Herisson da Silva
Sec. de Desenv. Urbano e Habitação	José Police Neto
	Eduardo Trani
Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco
	Isadora M. G. S. Lucas dos Santos
Sec. de Esportes	Solange Guerra Bueno
Sec. de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	André Luiz Sanchez Navarro
SEMIL	Caroline Túbero Bacchin
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
SINDÁGUA	Wanderci dos Reis Gomes
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
UNICA	André Elia Neto
USP	Tadeu Fabricio Malheiros

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AEAS	Paulo Takeyama
P.M. de Americana	Marcos Eduardo Morelli

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

Ao quinto dia do mês de abril de 2024, através de videoconferência, foi realizada a 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Na ocasião foram registrados 92 (noventa e dois) participantes, dentre os quais estavam representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados em livro de presença próprio. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 15 de março de 2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito do Município de Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e desejou uma excelente reunião. Posteriormente, o Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma excelente reunião a todos. Após, a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e 3ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL e por último ao Sr. Reginaldo Aparecido de Godoi, representante da Prefeitura Municipal de Itapeva e Vice-presidente do CBH-PJ1, que desejaram uma boa reunião a todos os participantes. Na sequência, o Sr. Denis apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade e deu início aos trabalhos. **2. Posse do 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, iniciou sua fala

esclarecendo que o ato governamental do Governador de Minas Gerais, ocorrido em 20/12/2023, designou os novos representantes do plenário no CBH-PJ1 e em reunião realizada em 30/01/2024 ocorreu a posse e eleição da nova diretoria do CBH-PJ1. Informou que na 92ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), ocorrida em 08/03/2024, no município de Limeira/SP, a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº466/24, que empossa o 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, os membros do CBH-PJ1 no Plenário do PCJ FEDERAL, e indica os representantes do estado de Minas Gerais para compor a CT-PL, para o mandato de 2023/2025, foi aprovada. O Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Gabriel Sobreira, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que o § 3º do art. 1º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 434/23, de 30/03/2023, estipula que os plenários dos Comitês PCJ deverão proceder à eleição do 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL após a conclusão do processo eleitoral e eleição do CBH-PJ1, para o mandato 2023/2027. Reforçou que no Regimento Interno do PCJ FEDERAL, relativo à composição das respectivas Diretorias e Secretarias Executivas, dispõe sobre a participação dos membros do CBH-PJ1 na composição do plenário do PCJ FEDERAL. Complementou, informando que a Deliberação *ad referendum* CBH-PJ1 nº 003/24, de 23/02/2024, indicou os membros do referido comitê para composição do plenário do PCJ FEDERAL e para a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), para o mandato 2023/2025, compreendido entre esta data e março de 2025. Assim, como o processo eleitoral do comitê mineiro finalizou no dia 30/01/2024, fez-se necessário a emissão da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 466/24, de 08/03/2024. Em seguida, explanou sobre o processo eleitoral ocorrido no CBH-PJ1 e detalhou a nova composição do comitê para o mandato 2023-2027. Na sequência, listou os nomes dos novos membros da diretoria do CBH-PJ1, para o mandato 2023-2027: (i) Presidente: Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); (ii) Vice-presidente: Sr. Reginaldo Aparecido de Godoi, representante da Prefeitura Municipal de Itapeva; (iii) Secretário-executivo: Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

110 em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA); e (iv) Secretário-executivo Adjunto: Sr. Maurício Djalles Costa, representante do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. Assim, para a composição do plenário do PCJ FEDERAL, no segmento “Órgãos do Governo”, referente as vagas nºs 05, 06 e 07, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - EMATER; Instituto Mineiro de Agropecuária e Polícia Militar; e como suplente as entidades - Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Instituto Estadual de Florestas e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para o segmento “Municípios”, referente as vagas nºs 09 e 10, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim e Prefeitura Municipal de Itapeva; e como suplente as entidades - Prefeitura Municipal de Camanducaia e Prefeitura Municipal de Itapeva. Para o segmento “Organizações Cívicas”, referente a vaga nº 10, foi indicada como titular a entidade - Circuito Serras Verdes e como suplente a entidade - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos”, referente as vagas nº 18, 19 e 20, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - COPASA, FIEMG e FAEMG; e como suplente as entidades - SINMEC, SINMEC e FAEMG. Em relação a composição da CT-PL, os membros do CH-PJ1 indicaram para a vaga nº 06, do segmento “Órgãos do Governo”, como titular a entidade - Instituto Mineiro de Agropecuária e como suplente a entidade - Instituto Estadual de Florestas. Para a vaga nº 12, do segmento “Municípios”, ficou indicada como titular a entidade - Prefeitura Municipal de Camanducaia e como suplente a entidade - Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim. Na vaga nº 18, do segmento “Usuários de Recursos Hídricos”, ficou indicada como titular a entidade - FIEMG e como suplemente a entidade - SINMEC. Por fim, para a vaga nº 24, do segmento “Organizações Cívicas”, ficou indicada como titular a entidade - Circuito Serras Verdes e como suplente a entidade - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. O Sr. Gabriel finalizou sua apresentação demonstrando a composição final com as entidades e os nomes dos representantes integrantes da diretoria colegiada dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações e não havendo, declarou empossada a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da FIEMG como nova 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, desejando-lhe um ótimo mandato. **3. Assuntos a deliberar. 3.1. Aprovação da ata da**

165 **30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 07/12/2023, no município de Jaguariúna/SP.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL solicitou a projeção da ata, pela equipe da Secretaria Executiva, e questionou quanto à dispensa da leitura desta ata. Sem manifestações contrárias, ficou dispensada a leitura. Na sequência, o Sr. Denis abriu para apreciação do conteúdo e manifestações. A Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, questionou que seu nome não aparecia na lista de ausências justificadas, embora estivesse na lista de presença, mesmo tendo justificado antecipadamente a sua ausência na reunião. Não havendo mais manifestações ou abstenções no chat, o Sr. Denis considerou a ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, ocorrida em 07/12/2023, na Embrapa Meio Ambiente, no município de Jaguariúna/SP, aprovada por unanimidade. **3.2. Referenda de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização relatando que, em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, pode ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. No intervalo entre a última Plenária realizada em 07/12/2023 e a atual foram editadas duas deliberações *ad referendum* que requerem referendo dos plenários. **a) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 465/24, de 10/01/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 465/24, altera o Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017 e o Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/23, que dispõe sobre os limites de valores de diárias para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões externas à sua área de atuação, em território Nacional e sobre o requerimento de solicitações de diárias. **b)**

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

220 **Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 466/24, de 08/03/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 466/24, empossa o 225 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, os membros do CBH-PJ1 no Plenário do PCJ FEDERAL, e indica os representantes do estado de Minas Gerais para compor a CT-PL, para o mandato de 2023/2025. **c) Aprovação da minuta.**

230 Posteriormente aos esclarecimentos sobre os conteúdos das Deliberações *ad referendum*, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr. Denis colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 467/24, que 235 referenda atos dos Presidentes dos Comitês PCJ, em votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **3.3. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Cobrança PCJ Paulista - exercício 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e 240 Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta informando que a minuta em questão se refere ao atendimento da Deliberação do COFEHIDRO nº 213, de 250 31/01/2020, que estabelece que os CBHs devem aprovar seus respectivos Planos Anuais de Aplicação dos Recursos da Cobrança dos Recursos Hídricos até o final do mês de abril do exercício a que se refere. O referido Plano formaliza a previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o 255 exercício 2024 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior. O Sr. Denis solicitou ao Sr. Tony Douglas Segatto, Coordenador Financeiro da Agência PCJ, que fizesse uma breve apresentação sobre esta minuta de deliberação. O 260 Sr. Tony iniciou sua apresentação contextualizando o Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista. Apresentou os Anexos I, II e III da minuta de Deliberação em discussão. 265 Explicou que o Anexo I, trata da previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o ano de 2024, totalizando uma receita de R\$ 22.013.000,00 (vinte e dois milhões e treze mil reais), dos quais 90% serão destinados a 270 investimentos, enquanto os 10% restantes cobrirão despesas de custeio, incluindo as relacionadas à

manutenção da Fundação Agência das Bacias PCJ. Em seguida, no Anexo II, o Sr. Tony detalhou as despesas de custeio para o ano de 2024, seguindo 275 as normativas de custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Ele explicou cada item disposto na tabela do Anexo II, referente aos custos operacionais da cobrança, bem como as atividades da Secretaria Executiva e outras 280 despesas de custeio. Em seguida, a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ deu continuidade à apresentação, explanando sobre o Anexo III da minuta de Deliberação. Ela explicou 285 que os empreendimentos estão subdivididos de acordo com sua situação, como “em análise”, “não iniciado”, “em execução”, “concluído” e “cancelado”. A Sra. Lívia detalhou que os empreendimentos indicados em 2022 tiveram seus 290 valores comprometidos para o ano de 2023, enquanto os indicados em 2023 estão em diferentes estágios de execução. Ela também explicou que os saldos são tratados dependendo da situação de cada empreendimento. No ano de 2024, o valor 295 remanescente é o resultado do saldo entre a alocação inicial e a aprovação do orçamento pelo agente técnico. A Sra. Lívia prosseguiu explicando que, no caso dos empreendimentos listados, os 300 valores foram aprovados conforme consta na deliberação, portanto, não há saldo disponível para utilização. Os projetos listados para 2023 encontram-se em diversos estágios, alguns já iniciados e outros ainda em análise. No caso dos 305 empreendimentos concluídos, o saldo disponível para utilização corresponde à diferença entre o valor efetivamente desembolsado e o montante aprovado. Assim, os saldos gerados durante a execução são mantidos vinculados ao contrato correspondente até sua conclusão, sendo 310 disponibilizados para investimento somente após o término do contrato. Por fim, a Sra. Lívia destacou que os empreendimentos cancelados apresentam saldos disponíveis para utilização de acordo com critérios específicos: para aqueles cancelados antes da emissão do contrato, o saldo corresponde ao 315 valor deliberado; para os cancelados após a emissão do contrato, o saldo corresponde ao valor aprovado até o momento do cancelamento. O Sr. Denis agradeceu a participação dos palestrantes e abriu para manifestação dos presentes, não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 468/24, que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da 320 Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias PCJ - Cobrança PCJ Paulista – 325

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

exercício 2024, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade sendo encaminhada para publicação.

**3.4. Apreciação de minuta de deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta esclarecendo que a proposta de alteração tem objetivo de aumentar o valor máximo de repasse para obras, bem como diminuir a porcentagem de contrapartida para os valores mínimos exigidos no MPO-FEHIDRO e permitir a contratação integrada de projeto executivo junto de obras e a priorização para a “Elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana, Rural e Manejo de Águas Pluviais”. Informou que, após a realização da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL, corrida em 08/03/2024, no município de Limeira/SP, a Coordenação de Projetos percebeu a viabilidade de alteração e aprimoramento no quesito priorização para a “Elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais”, o qual é detalhado na apresentação. Assim o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, para uma breve apresentação sobre o tema. A Sra. Lívia deu início a sua apresentação informando que o cenário atual é de aprovação do Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista para investimentos e a partir dessa situação específica, está sendo proposto algumas alterações do edital do FEHIDRO visando criar mais incentivo para captação de recursos. A Sra. Lívia citou que são 03 (três) principais alterações que estão sendo propostas: mudança da porcentagem mínima de contrapartida, baseado nas regras do MPO-FEHIDRO; aumento do valor máximo do repasse para obras; e a possibilidade de contratação integrada da obra junto com o projeto executivo. A Sra. Lívia explicou que uma das propostas de alteração da Deliberação em discussão é no Anexo III, pois as porcentagens mínimas de contrapartida estavam mais restritivas

do que o estabelecido pelo MPO-FEHIDRO. Assim, a alteração proposta é simplificar as regras de contrapartida seguindo as regras do MPO-FEHIDRO, para a modalidade “Não reembolsável” de: 2% para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; 5% para municípios que possuem uma faixa entre 50.000 (cinquenta mil) e 200.000 (duzentos mil) habitantes; e 10% para municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes. Para a modalidade “Reembolsável” não há condicionantes referente ao número de habitantes e a contrapartida mínima é de 20%. A Sra. Lívia exemplificou referenciando alguns municípios que, após as alterações estabelecidas, as porcentagens de contrapartida foram reduzidas. Outro ajuste que se fez necessário na Deliberação em discussão, citada pela Sra. Lívia, foi a redação do artigo 15, que é decorrente da alteração nas porcentagens. Também foi proposto a alteração no Anexo II, referente aos valores máximos de repasse, no artigo 1º. O valor máximo de repasse para obras, serviços e equipamentos para municípios enquadrados na 1ª até a 25ª posição da modalidade não reembolsável é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), enquanto na modalidade reembolsável, municípios enquadrados na mesma posição de 1ª até 25ª, o valor máximo de repasse é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Também, foi proposto a inclusão de obras e projetos executivos no mesmo contrato, desde que o projeto básico seja apresentado com detalhamento suficiente para licitação e execução do empreendimento. Foram realizados ajustes específicos, como a definição clara do início de vigência das regras no artigo 19 e a exclusão da referência a ações de obras e serviços de equipamentos para controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água do artigo 5º, sendo esta substituída por uma descrição mais precisa em outra seção. Concomitantemente, foram feitos ajustes no artigo 6º em relação ao tomador de recursos, incluindo obras como parte das propostas nesta atualização, o que era contemplado anteriormente. Após a conclusão da apresentação da Sra. Lívia, o Sr. Denis cedeu a palavra para manifestações dos presentes, não havendo manifestações, submeteu a reti-ratificação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade sendo encaminhada para publicação.

**3.5. Apreciação de minuta de deliberação que cancela indicação de empreendimentos, financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, 2022 e 2023.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta informando que a minuta de deliberação em discussão cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, 2022 e 2023. Após, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua apresentação informando que a minuta de Deliberação em questão trata sobre o cancelamento de alguns empreendimentos indicados relacionados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Dando continuidade a Sra. Lívia esclareceu que, dentre as indicações de empreendimentos em 2021, foi estipulado um prazo para realização de licitação e liberação da primeira parcela. Após expirarem os prazos prorrogados, os empreendimentos que não cumpriram com os requisitos de licitação, conforme deliberado pelo Comitê Gestor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), foram cancelados. A Sra. Lívia também apresentou os nomes dos tomadores cujos empreendimentos foram cancelados. Em seguida, a Sra. Lívia apresentou os empreendimentos cancelados em 2023, por não atendimento ao prazo para contrato FEHIDRO reembolsável, especificados na Deliberação COFEHIDRO *ad referendum* nº 257, de 28 de julho de 2023, bem como os empreendimentos cancelados pelo não atendimento aos documentos que o agente técnico solicitou ou do agente financeiro para a emissão do contrato. Contextualizou que os saldos gerados por conta desses empreendimentos, que estavam sendo financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, retornam ao comitê de bacia hidrográfica no orçamento de 2024 e 2025. Os saldos dos empreendimentos financiados com recursos da Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) serão transferidos para o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), seguindo as diretrizes do Manual de Procedimentos Operacionais do

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (MPO-FEHIDRO). Após explicações o Sr. Denis concedeu a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 469/24, que cancela indicação de empreendimentos, financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, 2022 e 2023 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação.

**3.6. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), referentes ao exercício de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou que a minuta de Deliberação em discussão indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), para o exercício de 2024. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência PCJ, a qual deu início a apresentação informando que é a primeira vez que ocorrerá a indicação de empreendimento com o edital de fluxo contínuo. O item de pauta é baseado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/2023, no qual dispõe que, para que o empreendimento seja indicado pelos Comitês PCJ, a proposta deve obter a adequação técnica e financeira e estar cadastrada no Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO), acompanhada dos documentos obrigatórios, conforme as etapas descritas no Quadro 1 da referida Deliberação. Informou que, para o tomador ter a adequação técnica e financeira, é necessário seguir todas as etapas descritas no Edital. Em 2024, os tomadores indicados são a Prefeitura Municipal de Cosmópolis, com 02 (dois) empreendimentos, o DAE S/A Águas e Esgoto de Jundiáí, com 01 (um) empreendimento e a Prefeitura Municipal de Louveira, também com 01 (um) empreendimento. O total de repasse da Cobrança PCJ Paulista para esses empreendimentos foi de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais). No panorama geral do fluxo contínuo, conforme continuou a Sra. Lívia, existem atualmente 10 (dez)

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

empreendimentos inscritos, sendo 04 (quatro) desses aptos para indicação e já constam na Deliberação atual, outros 04 (quatro) em análise e 545 02 (dois) não estão enquadrados nas ações financiáveis e, portanto, foram indeferidos. Ressaltou que as indicações irão ocorrer nas próximas reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Após a explanação da Sra. 550 Lívia, o Sr. Denis concedeu a palavra para as manifestações dos presentes. O Sr. Wanderci dos Reis Gomes, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do 555 Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA), trouxe à discussão o tema dos recursos destinados à revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, observando que embora os Comitês PCJ deliberem os repasses para que o município execute essa 560 atualização, não há um acompanhamento adequado desses recursos. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que a atribuição para realizar esse tipo de fiscalização é das agências reguladoras. Contudo, a 565 Fundação Agência das Bacias PCJ está em discussão sobre o acompanhamento mais efetivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico, entretanto ainda é uma ação complexa. Em seguida, o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, 570 representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), esteve de acordo com a questão levantada e explanou algumas sugestões de 575 possíveis melhorias. O Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, também abordou algumas contribuições e esclarecimentos sobre o tema questionado pelo Sr. Wanderci. Após as 580 manifestações dos presentes, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 470/24, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio 585 do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), referentes ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **3.7. Apreciação de** 590 **minuta de deliberação que aprova os planos de trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2024/2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São 595 Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ

e do PCJ FEDERAL, fez uma síntese do item de pauta informando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/2021, estabelece que cada Câmara Técnica dos Comitês PCJ, com exceção da CT-PL, 600 deverá elaborar e encaminhar para apreciação da CT-PL e dos plenários, proposta de Plano de Trabalho para o mandato, compatível com o nosso Plano de Bacias. Ressaltou que houve uma pequena proposta de alteração na minuta de deliberação em 605 relação a que foi apreciada na 92ª Reunião Ordinária da CT-PL, referente a um evento da Câmara Técnica de Águas subterrâneas (CT-AS), que será detalhado na sequência. Assim, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Tiago Valentim 610 Georgette, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que fez uma breve apresentação sobre o tema. O Sr. Tiago ressaltou que o PT das CTs é aprovado para o 615 biênio 2024-2025, conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/2021 e aplica-se a todas as CTs, exceto para a CT-PL. O Sr. Tiago explicou que o PT está dividido em 03 (três) 620 categorias, sendo: (i) Categoria A: se refere às demandas da Secretaria Executiva, como ações de planejamento estratégico, ações de rotina, novos projetos, bem como os projetos executados pela Fundação Agência das Bacias PCJ, que é acompanhado pela Secretaria Executiva; (ii) 625 Categoria B: abrange os temas para discussão pautados pela Secretaria Executiva como relevantes para serem discutidos; e (iii) Categoria C: refere-se aos eventos promovidos pelas CTs. Ressaltou que o evento de Workshop de Águas 630 Subterrâneas, organizado pela CT-AS, em conjunto com a CT-MH e com a CT-Indústria, está planejado para acontecer no segundo semestre de 2024. Acrescentou que a mudança realizada foi para o evento “Fórum sobre o uso de poços para 635 abastecimento nas Bacias PCJ”, destinado a divulgar e ampliar o conhecimento a respeito de assuntos relevantes aos Comitês PCJ no que concerne ao uso e proteção das águas subterrâneas, além de auxiliar na capacitação dos membros da 640 CT-AS. Esse evento, que estava programado para ser realizado ainda no ano de 2024, irá ocorrer em fevereiro de 2025, devido às eleições municipais. Em seguida, o Sr. Tiago explicou o processo de organização do PT, destacando que as 645 modificações internas ao ano em curso são submetidas à coordenação, que encaminha uma solicitação à Secretaria Executiva para avaliação e aprovação. O Sr. Tiago fez uma síntese sobre as atividades previstas no PT de cada CT, conforme

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

650 categorização previamente detalhada. Na  
sequência, expôs a proposta de eventos das CTs,  
para o período de 2024 a 2025, detalhada no  
calendário mensal, correspondente aos anos de  
2024 e 2025. Em seguida, o Sr. Denis abriu a  
655 palavra para manifestação dos presentes e não  
havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos  
Comitês PCJ nº 471/24, que aprova os Planos de  
Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ  
para o período 2024/2025 e dá outras providências,  
660 à votação, sendo aprovada por unanimidade para  
ser encaminhada para publicação. **3.8. Apreciação  
de minuta de deliberação que reti-ratifica a  
Deliberação dos Comitês PCJ nº 463/23, de  
07/12/2023, que aprova o orçamento das  
665 Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano  
de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva,  
representante da Secretaria de Agricultura e  
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e  
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ  
670 FEDERAL, explanou que a minuta em discussão  
reti-ratifica a Deliberação dos Comitês PCJ nº  
463/23, de 07/12/2023 aprovou o orçamento das  
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de  
2024. Para o exercício de 2024, o custeio para o  
675 Encontro Nacional de Comitês de Bacias  
Hidrográficas (ENCOB) ficou zerado devido à  
nova frequência de ocorrência do evento, passando  
a ser a cada dois anos. Porém o Fórum Nacional de  
Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBHs) está  
680 discutindo a realização de uma edição regional do  
ENCOB para 2024, em data e local a serem  
determinados. Apresentou a proposta de inclusão  
da previsão de recursos para participação das CT.  
Ressaltou que houve uma pequena proposta de  
685 alteração na minuta de deliberação em relação a  
que foi apreciada na 92ª Reunião Ordinária da CT-  
PL, referente a um evento da CT-AS, detalhado na  
apresentação. Em seguida, o Sr. Tiago Valentim  
Georgette, representante da Coordenação de Apoio  
690 ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da  
Fundação da Agência das Bacias PCJ, informou  
que a reti-ratificação da Deliberação é necessária  
para prever recursos financeiro para o custeio da  
participação de representantes dos Comitês PCJ em  
695 eventos no âmbito regional e nacional, sendo que a  
Secretaria Executiva emitirá orientações sobre em  
qual evento haverá custeio de participação, qual a  
quantidade de representantes e os critérios de  
indicação. Explicou também que, com o objetivo  
700 de estruturar a execução das demandas das CTs, as  
despesas relacionadas a elas são categorizadas em  
três grupos específicos para custeio, utilizando  
recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos

em rios de domínio da União (Cobrança PCJ  
705 Federal), a saber: (i) Grupo I: despesas de viagens:  
neste grupo estão previstas despesas com  
pagamento de diárias aos membros das CTs,  
conforme Deliberações dos Comitês PCJ nºs  
282/2017, 304/2018, 329/2019, 442/2023, e com  
710 valores atualizados pela Deliberação ad  
referendum dos Comitês PCJ nº 465/24, de  
10/01/2024; (ii) Grupo II: despesas com  
organização de reuniões das CTs - neste grupo  
estão previstas despesas com *coffee break* e outros  
715 materiais para suporte às reuniões presenciais das  
CTs e dos GTs; e (iii) Grupo III: despesas para  
organização de eventos - neste grupo estão  
previstas despesas decorrentes da realização de  
eventos pelas CTs previstos na Categoria C do  
720 Plano de Trabalho das CTs dos Comitês PCJ para  
o biênio 2024-2025. Também informou que o valor  
de custeio para participação em eventos técnicos é  
limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)  
por CT. O custeio da participação será para eventos  
725 que tenham assunto em discussão ligado às  
atribuições da CT e essa participação deverá ser  
apresentada em Informe na reunião da referida CT.  
A solicitação deve ser realizada à Secretaria  
Executiva com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de  
730 antecedência e recomenda-se que a inscrição seja  
realizada apenas depois de aprovada a participação  
e custeio. Por fim, o Sr. Tiago apresentou uma  
tabela contendo a proposta alteração do Grupo I -  
item “Participação em Eventos Nacionais”,  
735 elencando os grupos de despesa e as atividades de  
cada CT, totalizando um valor final proposto de  
R\$ 523.529,00 (quinhentos e vinte e três mil e  
quinhentos e vinte e nove). Ressaltou que, como o  
evento da CT-AS foi alterado para ocorrer em  
740 2025, além de mais um evento da CT-SAM que  
também ocorreu alteração, houve alteração do  
valor apresentado na 92ª Reunião Ordinária da CT-  
PL. O Sr. Tiago finalizou sua apresentação e  
passou a palavra ao Sr. Denis. Em seguida, o Sr.  
745 Denis concedeu a palavra para manifestação dos  
presentes e não havendo, submeteu a minuta de  
deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos  
Comitês PCJ nº 463/23, de 07/12/2023, que aprova  
o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês  
750 PCJ para o ano de 2024, à votação, sendo aprovada  
por unanimidade para ser encaminhada para  
publicação. **3.9. Apreciação de minuta de  
deliberação que aprova o Relatório Anual de  
Atividades (RAA) dos Comitês PCJ - exercício  
755 2023, elaborado em atendimento a meta do  
Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA,  
celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a**

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

**Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a minuta de Deliberação em discussão trata do Relatório Anual de Atividades (RAA) 2023, que faz referência ao cumprimento do Plano Anual de Atividades (PAA) 2022. Destacou que o RAA consiste em avaliar a eficiência do planejamento da agenda do comitê de bacia hidrográfica e suas instâncias pela entidade delegatária. Nesse contexto, salientou que o número de reuniões previstas e aprovadas no PAA 2022 deve ser integralmente cumprido, ressaltando que qualquer variação no número de reuniões, sejam novas ou canceladas, não deve exceder 10% do total planejado no PAA aprovado, seja para mais ou para menos. Caso contrário, poderá incorrer em diminuição da nota do indicador que avalia o grau de organização do planejamento anual de atividades. Na sequência, o Sr. Denis cedeu a palavra à Sra. Raquel Quirino, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação da Agência das Bacias PCJ, que abordou o histórico da origem do RAA e PAA. Explicou que através da Resolução nº 218, do CNRH, de 02/12/2020, foi delegado à Fundação Agência das Bacias PCJ o exercício das funções de competência das Agências de Água. Em seguida, explanou que o contrato de Gestão 033/2021/ANA, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ, estabelece diversos indicadores a serem atendidos, dentre eles o “Indicador 1”, que compreende o PAA e o RAA dos Comitês PCJ. Assim, em 2023, foi aprovado o PAA 2022 através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 430/22, de 07/12/2022. Prosseguindo na linha do tempo, a Sra. Raquel explicou que, através do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 20/2024, encaminhou para apreciação dos Comitês PCJ o RAA 2023, referente ao PAA 2022. Em seguida, a Sra. Raquel apresentou uma tabela demonstrando os intervalos de dados e quais resultados se referem. Informou que os Comitês PCJ obtiveram avaliação do “Indicador 1” baseado no RAA, entre 90% e 110%, o que confere a pontuação máxima. Explicou que se a pontuação ficar abaixo de 90% ou acima de 110%, isso resulta em uma pontuação decrescente. Os Comitês PCJ obtiveram pontuação referente ao índice de 102%, referente ao cumprimento do PAA 2022, o que conferiu a pontuação máxima estipulada pela ANA. Em

seguida, o Sr. Denis, abriu a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 472/24, que aprova Relatório Anual de Atividades - RAA dos Comitês PCJ, referente ao exercício 2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada à publicação.

**3.10. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Trabalho Anual (PTA) - exercício 2024 e o Relatório de Atividades Anual (RAA) - exercício 2023, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve explicação sobre a minuta de Deliberação que apresenta o Plano de Trabalho Anual (PTA), exercício 2024 e Relatório de Atividades Anual (RAA), exercício 2023, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O CBH-PCJ participa do Programa desde 2019 e possui diversos indicadores e metas a serem cumpridos. Anualmente devem ser preenchidas diversas planilhas e tabelas, além da alimentação de dados nos sistemas CINCO e Doc-CBH da ANA. Na sequência, o Sr. Gabriel Sobreira, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação da Agência das Bacias PCJ, explicou que a Deliberação em questão se refere as metas do PROCOMITÊS, diferente da Deliberação apresentada no item de pauta anterior, que tratou a respeito do contrato de gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a ANA. Esclareceu que o PROCOMITÊS é um programa da ANA com o objetivo de fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. O intermediador desse programa no Estado de São Paulo é a Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística (SEMIL). A minuta de Deliberação apresenta no Anexo I o Plano de Trabalho Anual (PTA), referente ao exercício de 2024 e o Anexo II o Relatório de Atividades Anual (RAA), referente ao exercício de 2023. Na sequência, o Sr. Denis abriu a palavra manifestações dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 473/24, que aprova Plano de

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

- Trabalho Anual (PTA) - exercício 2024 e Relatório de Atividades Anual (RAA) - exercício 2023, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, à votação, sendo aprovada por unanimidade sendo encaminhada à publicação. **3.11. Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a minuta de Deliberação em discussão tem como objetivo aprovar o Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC). No dia 06 de dezembro de 2023, ocorreu Audiência Pública, por videoconferência, com o propósito de receber contribuições pertinentes ao conteúdo do Relatório Final. Posteriormente, o referido relatório foi submetido à apreciação pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Fundação Agência das Bacias PCJ, composto por representantes dos municípios e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Após avaliação, conforme recomendações, fez-se necessário o encaminhamento do Relatório Final para apreciação pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). O Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Sidnei Agra, representante da Profill Engenharia e Ambiente S/A, para apresentação do tema. O Sr. Sidnei informou que os recursos que custearam os estudos são oriundos da Cobrança PCJ Federal, previstos no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025 (PAP-PCJ 2021-2025). O acompanhamento dos trabalhos foi realizado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e contou com o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) envolvendo técnicos das prefeituras dos 15 municípios envolvidos, além de representantes das Câmaras Técnicas de Saneamento (CT-SA), de Uso e Conversão da Água no Meio Rural (CT-Rural), de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Os trabalhos para a elaboração do Plano iniciaram em fevereiro de 2022 sendo a previsão de término para maio de 2024. O Sr. Sidnei esclareceu que o propósito principal do Plano é reduzir de forma progressiva a frequência, intensidade e gravidade das inundações em áreas já afetadas ou potencialmente vulneráveis. Como objetivos específicos, definiu-se a necessidade de identificar as causas das inundações nas zonas urbanas dos municípios da região e apresentar propostas de ações, estruturais e não estruturais, para o controle de cheias a curto, médio e longo prazo nas áreas urbanas dos 15 (quinze) municípios situados na Bacia Hidrográfica do Rio Capivari. O Sr. Sidnei explicou que as atividades desenvolvidas foram agrupadas em 04 (quatro) etapas. A primeira etapa foi de planejamento, na qual ocorreu o seminário inicial em 15 de março de 2022, contemplando o Plano de Trabalho. Na segunda etapa, houve 03 (três) atividades de destaque, sendo (i) o levantamento de dados e informações básicas; (ii) a execução de serviços de campo; e (iii) o diagnóstico e prognóstico. Nessa etapa, foram realizados 02 (dois) seminários nas datas 15/06/2022 e 06/12/2022. Na terceira etapa houve 04 (quatro) atividades sequenciais as anteriores, sendo (i) propostas das ações imediatas e não estruturais; (ii) propostas das ações estruturais e sistemáticas; (iii) plano de ações; e (iv) planta das ações. Na quarta e última etapa foi realizada a Audiência Pública, Relatório Final e Síntese. O Plano resultou em 10 (dez) produtos e 04 (quatro) seminários, já finalizados. Dando continuidade, o Sr. Sidnei apresentou que o Relatório Final, que está dividido em 03 (três) tomos, sendo: (i) Tomo I - contempla o levantamento de dados, diagnósticos e prognósticos; (ii) Tomo II - reúne estudos de alternativas estruturais e não-estruturais; e (iii) Tomo III - contém informações do plano de ações e planta das ações estruturais. Também esclareceu que foi emitido um folheto digital que contempla as principais informações sobre o PDM-BHC. Dando prosseguimento, o Sr. Sidnei apresentou através de um fluxograma, o Plano de Ações proposto para a BHC. Iniciou sua fala explicando que o PDM-BHC foi subdividido em programas com medidas estruturais e não estruturais e a partir disso, discorreu sobre cada programa e suas subcategorias. Ao final, explicou que foram contabilizados 08 (oito) programas, 35 (trinta e cinco) ações, sendo que o prazo total é de 20 (vinte) anos e o valor total de investimento é de R\$ 262.000.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões de reais). Dando continuidade à apresentação, expôs 08 (oito) programas com suas respectivas ações e as estratégias de implantação. Ao final, apresentou um resumo dos programas propostos com os custos de medidas estruturais, como travessias, canalizações e diques, por município, totalizando um valor de

## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

R\$ 197.244.741,00 (cento e noventa e sete milhões, 975 duzentos e quarenta e quatro mil e setecentos e quarenta e um reais). Após as explicações, o Sr. Denis abriu a palavra para as manifestações dos presentes. O Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê 980 (INEVAT), fez um posicionamento parabenizando o Sr. Sidnei e os Comitês PCJ pelo projeto grandiosos e informou sua preocupação com o assoreamento de vários reservatórios importantes para a região. Assim, o Sr. Moschini finalizou sua 985 fala fortalecendo a necessidade deste projeto, para desassorear os trechos necessários. Em seguida e não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 474/24, que aprova o Relatório Final e o 990 Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada à publicação. **4. Informes. 4.1. da Diretoria dos** 995 **Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** o Portal de 1000 Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com a emissão de 1005 certificados (link: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>). Salientou que, após a realização dos cursos os representantes devem encaminhar os certificados para a Secretaria Executiva para registro em banco de dados; **b)** 1010 estão disponíveis para consulta no site dos Comitês PCJ os Relatórios de Execução Anual dos Plano de Comunicação e Capacitação dos Comitês, referente aos dados do ano de 2023; **c)** em 13/03/2024, na Universidade São Francisco, no município de 1015 Bragança Paulista/SP, ocorreu a 2ª Edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ!”, com o objetivo de incentivar e integrar os jovens na gestão dos recursos hídricos; **d)** a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), avaliou o Relatório de 1020 Situação da UGRHI 05 (Bacias PCJ) e conferiu a nota (9,9), sendo que a versão simplificada do Relatório pode ser acessado através do link <https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-PCJ/26097/relatoriosituacaopcj2023.pdf>; **e)** 1025 em 20/02/2024, ocorreu a 13ª Reunião das Secretarias Executivas dos CBHs da Bacia do Rio Tietê, na qual a Sra. Caroline Túbero Bacchin,

Secretária-executiva do CBH-SMT e adjunta do CBH-PCJ foi eleita como coordenadora do Grupo. 1030 Além disso, foi tratado assuntos relacionados à apuração e mitigação das fontes de poluição no baixo curso do Rio Tietê e questões relacionadas a cobrança rural paulista; **f)** em 27/03/2024, ocorreu a 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comitês de 1035 Bacias Hidrográficas de 2024, no qual foi discutido sobre o manifesto elaborado sobre a implementação de cobrança; **g)** em 21/03, foi editado o Decreto nº 11.630/2024, no qual informa que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) será composto por 50 representantes de 1040 ministérios, conselhos estaduais de recursos hídricos, usuários de recursos hídricos e organizações civis; **h)** a Resolução da ANA nº 188/2024, que entrou em vigor em 1º de abril, 1045 estabelece critérios para o automonitoramento do uso da água por usuários regulares com corpos hídricos de domínio da União; e **i)** o 1º Fórum das Águas, será realizado no período de 05 a 09 de agosto de 2024, no município de Foz do Iguaçu. 1050 **4.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, cumprimentou a todos e informou que: **a)** em 1055 16/02/24, a Diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ participou da reunião de integração das Entidades Delegatárias (ED) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em Belo Horizonte/MG, na qual foram abordados tópicos que visam o fortalecimento dos trabalhos 1060 executados no âmbito das EDs; **b)** em 22/02/2024, por videoconferência, ocorreu a reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (2021-2025), celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a ANA, conduzida pela equipe de 1065 Coordenação de Gestão; **c)** em 19/03/2024, a Fundação Agência das Bacias PCJ, assinou o termo de adesão do protocolo de Monitoramento da Governanças das Águas, do observatório da Governança das Águas do Brasil – OGA; **d)** em 1070 seguida, o Sr. Sérgio passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que, em 29/02/2024, ocorreu em Campinas/SP, no Centro das Indústria do Estados de São Paulo 1075 (CIESP-Campinas), a 3ª Oficina de Trabalho do Estudo de Aperfeiçoamento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, conduzido pela contratada HIDROBR Consultoria Ltda.; **e)** a Fundação Agência das Bacias PCJ renovou o 1080 programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), coordenado pelo Ministério do

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, por videoconferência.

Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); **f**) em 26/03/2024, ocorreu a Reunião do Conselho Fiscal e em 28/03 a Reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, no Museu da Água de Piracicaba, no qual foi abordado questões como o Relatório Anual de Atividades - Ano base 2023 com os quantitativos e detalhamentos das metas atingidas pelos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ; **g**) a evolução da execução orçamentárias do investimento Federal a partir de 2019 demonstrando graficamente o total de cada ano para os contratos de transferência e a execução direta da Fundação Agência das Bacias PCJ; **h**) em seguida, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou o Relatório Anual dos resultados do Contrato de Gestão ANA nº 033/2020/ANA, exercício 2023, para avaliação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); **i**) em 28/02/2024, no Espaço Terra Viva, no município de Holambra/SP, foi realizado pela Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, a capacitação para elaboração de Planos de Mata Atlântica e Cerrado com o objetivo de contextualizar sobre o

conteúdo do PMMA/Cerrado e as primeiras orientações para criação do GT-Executivo; **j**) em 16/04/2024, às 9:00 horas e por videoconferência, será realizada a Reunião de Avaliação do Relatório Preliminar do CG/ANA - exercício 2023; e **k**) o Sr. Tony Douglas Segatto, Coordenador Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ fez uma breve apresentação sobre custeio de membros dos Comitês PCJ, informando sobre as principais regras para o pagamento de diária de viagens, prazos e as deliberações que norteiam o assunto. **4.3. dos membros dos Comitês PCJ.** Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: **a**) o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que foi reaberto o processo licitatório para a continuidade das obras das Barragens de Pedreira e Duas Pontes; e que representante do Consórcio PCJ, emitiram medidas para estiagem, atuando em municípios que possuem baixa, média e alta dificuldade nas questões de estiagem, com diversas metas para a sustentabilidade hídrica nas Bacias PCJ. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES  
DE OLIVEIRA**  
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

**LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA**  
Presidente do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

**ADILSON RAMOS DE SOUZA**  
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

**DENIS HERISSON DA SILVA**  
Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL